

IV enanparq

Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e
Urbanismo

Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016

**Novas fronteiras e novos pactos para pesquisas e projetos situados em área de
preservação e patrimônio cultural**

SESSÃO TEMÁTICA: Novas fronteiras e novos pactos para pesquisas e projetos situados
em área de preservação e patrimônio cultural

Cecilia Rodrigues dos Santos

Professora doutora, pesquisadora - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Universidade Presbiteriana Mackenzie

altoalegre@uol.com.br

Novas fronteiras e novos pactos para pesquisas e projetos situados em área de preservação e patrimônio cultural

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir os processos atuais de patrimonialização, correlacionados com a inflação memorialista ou atuais demandas e obrigações de tudo lembrar e salvar.

Palavras-chave: Preservação do patrimônio. Patrimonialização. Deveres da memória

New frontiers and new pacts for research and projects located in protected area and cultural heritage

ABSTRACT

This paper aims to discuss, from a theoretical approach, current issues on patrimonialization related to the growth of claims and petitions on heritage preservation.

Keywords: Heritage preservation; Patrimonialization; Dutys of memory.

O objetivo deste trabalho é introduzir argumentos a favor da urgente discussão e atualização daquilo que, na França do século XIX, se convencionou denominar “patrimônio”, orientado por perguntas cada vez mais frequentes que indagam sobre o que se entende hoje por patrimônio; quem está falando de patrimônio, como e por quê; se o patrimônio ainda expressa valores históricos e artísticos nacionais e/ou valores de uso, e/ou valores sociais, e/ou valores afetivos, e/ou valores culturais, e/ou valores econômicos, e/ou todos os valores ao mesmo tempo, indiscriminadamente; sobre a possibilidade de todas as coisas terem vocação potencial para serem “patrimonializadas” e sobre o que exatamente quer dizer “patrimonializar”; sobre a possibilidade de falar ainda na vigência de critérios de eleição para o patrimônio, construídos em bases conceituais e em procedimentos técnicos rigorosos; sobre o significado da expansão do sentido da noção de patrimônio; sobre as bases teóricas e justificativas técnicas para os mecanismos de ressemantização e revisão legal do patrimônio, mecanismos aos quais temos sido estamos sendo confrontados quase cotidianamente.

Pergunta-se ainda se estaríamos hoje limitados a tratar de operações de banalização e normatização - algumas redutoras e outras até oportunistas - ditadas preferencialmente pela vulgarização turística, pelos interesses comerciais e pelos jogos de poder da política partidária que inferem nas instituições e até na academia, ou se, muito pelo contrário, o patrimônio, a partir da sua re-situação conceitual em termos de identidade e pertencimento, representa a possibilidade de uma nova moderação no jogo de forças definido pela realidade globalizada. Essa discussão se situa no campo do patrimônio e da preservação, considerando-se aqui não apenas conceitos e métodos que lhe são próprios, como as práticas históricas que o alimentam¹.

A ideia de preservação de legados e de heranças do passado – que inclui, além da reflexão crítica um conjunto de ações de identificação, conservação, restauração, gestão e proteção legal – assume conotação cultural e inicia a construção de um campo do conhecimento em meados do século XVIII, desenvolvendo-se ao longo do século XIX, para se firmar definitivamente no século seguinte. Hoje, pode-se afirmar que a preservação do patrimônio constitui um campo do conhecimento que assegura sua unidade na transdisciplinaridade de que é constituído, identificado por uma história, por uma legislação que trata da proteção e a regula no Brasil, o tombamento), por um corpo teórico relativo ao restauro e à conservação

¹ Ver: SANTOS, Cecília Rodrigues dos. “Patrimônio Cultural: documentação e reflexão necessárias “. IN: CUREAU, Sandra et al. (coord.). Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

de bens móveis e imóveis, por uma reflexão crítica sobre a abrangência e o significado da ação patrimonial e por metodologias de pesquisa, de projeto e de inventário construídas e legitimadas por um corpo de pesquisadores e especialistas trabalhando em rede internacional. Nesse campo atuam técnicos e pesquisadores de universidades, instituições governamentais e não governamentais com representatividade local, nacional e internacional, que firmam cartas de princípios sobre normas técnicas e éticas de conservação, intervenção e proteção. O reconhecimento e a consolidação do campo da preservação implicam também no reconhecimento de uma competência profissional e de uma formação específicas, para as quais contribuem várias especialidades que se completam. Como muito bem assinala Beatriz Kuhl, preceitos e princípios teóricos fundamentam esse campo - relativamente novo, mesmo quando reconhecemos que é conformado pelo resultado de dois séculos de trabalhos teóricos e experiências práticas relevantes – e afastam o empirismo e a arbitrariedade, conferindo legitimidade ao próprio campo assim como à atuação de pesquisadores e profissionais especializados².

A noção de preservação, fundada no século XIX, foi sendo construída desde então no âmbito dos museus e arquivos, dos sítios arqueológicos, das pranchetas e dos canteiros dos arquitetos restauradores e das pesquisas de historiadores e de historiadores da arte³. Sua motivação e seu foco de interesse eram os objetos e monumentos concretos – bens móveis e imóveis - tratados como suportes da memória coletiva, responsáveis pelo desenho do perfil de territórios e nacionalidades em processo de consolidação.

Assim como a noção de patrimônio é uma construção datada, o processo de alargamento dessa noção e o interesse cada vez maior que vem despertando entre a população podem ser localizados entre as décadas de 1970 e 1980, também na França, quando categorias inteiras de objetos pertencentes a campos culturais ameaçados pela industrialização e pela transformação cada vez mais rápida e radical de cidades e territórios, começaram reivindicar acesso ao domínio patrimonial⁴. Nos últimos 30 anos, e não só na França, a preservação e a ideia de patrimônio viveram uma transformação tão veloz e violenta que é possível afirmar que estamos sendo confrontados a uma verdadeira “crise de identidade do patrimônio”, crise que deve ser considerada em contexto de mundialização e de indagações sobre a pertinência de ideias tão modernas como universalidade e progresso; é cada vez mais difícil

² KUHLL, Beatriz. "História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos". Universidade de São Paulo, Revista CPC n.1, nov 2005 / abril 2006. Consultado em: http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=2&id_conteudo=6&tipo=5

³ Ver: SANTOS, Cecília H G Rodrigues dos. Mapeando os lugares do esquecimento: idéias e práticas na origem da preservação do patrimônio no Brasil. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo-, Programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, nov 2007.

⁴ Essa questão é tratada por Pierre Nora, em sua obra LES LIEUX DE MÉMOIRE (Paris, Gallimard, 1997, 3 tomes, 4751 páginas no total).

a legitimação de critérios e valores em um mundo em que o valor maior é a relatividade absoluta, e no qual cada objeto, cada acontecimento, cada lugar exhibe legitimamente seu “potencial patrimonial” ou, melhor dizendo, sua “pretensão patrimonial”⁵.

O futuro se tornou imprevisível, o passado opaco e o presente não é mais a passarela entre o passado e o futuro, considera Pierre Nora ao refletir sobre essas mudanças na França. Ele se questiona sobre o novo lugar da memória e da história quando o presente é desmembrado entre um passado perdido e um futuro cada vez mais incerto, quando a substancial expansão do presente sinaliza uma nova relação com o tempo, uma nova historicidade⁶. E, recentemente, tem se preocupado com a ampliação indiscriminada do campo da memória, preservação incluída, e principalmente com a politização, a ideologização e a judicialização do “dever de memória”, advertindo: “a memória divide, a História reúne”, e denunciando uma situação que ele define como de “tirania da memória”. Ele alerta para o risco de se confundir justiça e História, situação em que o “dever de memória” assume a conotação de julgamento moral correndo o risco de se tornar uma imposição, situação em que a ação do juiz se sobrepõe ao trabalho do historiador: “alguns defensores da memória têm uma tendência agressiva, impondo uma memória tirana, às vezes até terrorista ...). Devemos evitar que guardiões de memórias particulares, que projetam as preocupações do presente sobre os acontecimentos do passado, tomem a pesquisa histórica como refém, exigindo que a História sirva a seus propósitos”⁷.

A extensão da noção de patrimônio e a obsessão pela preservação – tudo guardar e proteger para tudo lembrar - são os sintomas clínicos desta nova relação com a memória e dela com a história. Ainda segundo Nora, passamos a abrir mão da memória histórica que nos separa - analítica e crítica, que diz respeito à razão que instrui sem convencer - para assumir a memória coletiva que nos une - globalizante, sem fronteiras fixas, etérea, que trocou a razão pela fé e só assimila o que a conforta⁸, confirmando-se mais uma vez a

⁵ Ver: DI MEO, Guy. “Processus de patrimonialisation et construction des territoires”. Consultado em : www.adcs.cnrs.fr/IMG/pdf/GDM_PP_et_CT_Poitiers.pdf

⁶ Ver análise da obra de Pierre Nora, *Les Lieux de Memoire*, e das relações que estabelece entre história e memória em “Histoire et historiens en France depuis 1945”, consultado em: <http://www.institutfrancais.com/adpf-publi/folio/histoire/doutes03.html>

⁷ NORA, Pierre. « La mémoire est de plus en plus tyrannique », interview au Figaro littéraire, 22 décembre 2005. L'association "Liberté pour l'histoire". Consultado no site da Association "Liberté pour l'histoire" : http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com_content&view=article&id=24%3A Pierre-nora-l-la-memoire-est-de-plus-en-plus-tyrannique-r&catid=4%3Atribunes&Itemid=4&lang=fr .A propósito desta discussão ver: SANTOS, Cecilia Rodrigues dos; MARQUES, Sonia. “Maldita memória -

Sobre a tirania da memorização e os anacronismos de um patrimônio refém”. In: *Anais do ArquiMemória4 – Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado*, ocorrido em Salvador, entre 14 e 17 de maio de 2013.

⁸ Ver a discussão de Patrick GARCIA em “HISTOIRE , MEMOIRE ET IDENTITE : A PROPOS DES LIEUX DE MEMOIRE DE PIERRE NORA”. Consultado em : <http://ts29.free.fr/les%20lieux%20de%20memoire.htm>

atualidade da reflexão de Marc Bloch: "a nossa civilização ocidental, diferentemente de outros tipos de cultura, sempre esperou muito de sua memória (...) cada vez que nossas tristes sociedades, em perpétua crise de crescimento, põem-se a duvidar de si próprias, vemo-las se perguntarem se tiveram razão ao interrogar seu passado, ou se o interrogaram devidamente" ⁹.

No campo da preservação assistimos primeiro a um processo de esvaziamento semântico da noção de patrimônio, para em seguida observar - no Brasil de forma aguda e preocupante – um rápido processo de ressemantização distanciado da necessária fundamentação teórica ¹⁰. Se é inegável que o patrimônio ganhou amplitude, também é indiscutível a necessidade de aprofundar o debate. Não é suficiente afirmar categoricamente e tautologicamente a nova condição de ampliação de sentido para que ela se legitime, conforme esclarece a professora Beatriz Kuhl: "a reflexão teórica (nesse campo) é necessária para que o juízo possa ser mais objetivo, mesmo que mutável; porque o juízo pode mudar, mas não é arbitrário". O processo contemporâneo de desdobramento da ideia de patrimônio acaba por revelar uma grande complexidade de conteúdos e significados, porém, vagos na maior parte das vezes e, no limite, contraditórios ¹¹. Mesmo quando esse processo se apresenta através da legítima reivindicação por reconhecimento de valores patrimoniais, conduzida por grupos sociais impulsionados pela necessidade cidadã de qualificar a vida cotidiana na busca por novas referências de identidade e pertencimento em um mundo de transformações e perdas cada vez maiores, mas, principalmente, quando esse processo é resultado da associação de valores patrimoniais tradicionais - ou de novos valores patrimoniais multiplicados e redefinidos freneticamente e indiscriminadamente todos os dias - a valores exclusivamente comerciais ou a interesses político-partidários, ambos distantes e até antagônicos em relação aos interesses do campo de conhecimento¹².

Ainda, justamente na área acadêmica onde os debates sobre a preservação do patrimônio deveriam encontrar um meio privilegiado para seu desenvolvimento - mesmo estando apartados da prática e dos trabalhos de campo que os alimentam - observa-se uma incompreensível disputa, quase "corporativa", pela "propriedade científica" do campo da preservação, conduzida pelos núcleos disciplinares que estão na origem da sua formação, e pelo confronto entre o patrimônio imaterial e patrimônio material o qual se pretende

⁹ BLOCH, Marc. Apologia da História. Rio de Janeiro, ZAHAR, 2002, p. 42.

¹⁰ Ver: DOMINGUES, Álvaro. "A paisagem revisitada". Consultado em : www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_05.pdf

¹¹ DI MEO, G.. Op. cit.

¹² Idem.

“esvaziado de sua legitimidade”. Cada vez mais distanciados de uma história comum, alguns pesquisadores têm se voltado criticamente contra a noção original de patrimônio que, devidamente descontextualizada, passou a ser redefinida nos respectivos campos, com o objetivo de “redimir o passado com uma nova coerência” e o presente com um vasto leque de novos significados.

O entendimento da relação de cada sociedade com o tempo em mutação é o complexo ponto e partida de um trabalho que pretende discutir a necessidade do ser humano de lembrar e, conseqüentemente, de esquecer; por mais que seja difícil admiti-lo em tempos tecnológicos de armazenamento infinito de dados, devemos lembrar que a memorização é um processo intrinsecamente seletivo. Essa necessidade de patrimônio e de história vai se organizar de maneira irreversível na Europa ocidental a partir do século XIX, para continuar se impondo até hoje. Mesmo sem aprofundar a importante discussão sobre memória e processos de memorização segundo as teorias de Henri Bergson - quando relaciona matéria e memória - ou de Maurice Halbwachs - quando discorre sobre a importância da continuidade dos espaços e de sua estabilidade para a elaboração da memória e a construção da identidade dos grupos -, ou sem retomar as teorias psicanalíticas, as ideias desses teóricos não podem deixar de ser o pano de fundo de qualquer discussão sobre os processos da memória. Assim como as relações estabelecidas entre história e memória e seus suportes, da maneira como foram tratadas por Paul Ricœur, em *La mémoire, l’histoire, l’oubli*, por Jacques Le Goff, em *Histoire et Mémoire* e por Pierre Nora, em *Les lieux de mémoire*. Especialmente estes três autores nos aproximam dos mecanismos de construção do passado e da permanência de seus suportes materiais, recuperando um aspecto comum às operações da memória e aos processos de memorização, que é o fato de funcionarem apoiados em “coisas”, ou imagens precisas destas “coisas”, em suportes físicos concretos como “lugares”, “objetos” ou “monumentos”¹³.

Para o europeu do século XIX, momento em que tem a início a discussão sobre patrimônio, os monumentos e os monumentos históricos são importantes pontos de referência memorial, investidos de um forte sentimento de nacionalidade, sentimento este que se sobrepõe ao valor estético, ao reconhecimento da historicidade e até às recém-criadas proteções oficiais. Em 1882, o escritor, filósofo e historiador francês Joseph Ernest Renan (1823-1892) profere um discurso na Sorbonne intitulado “O que é uma nação?”. Enquanto

¹³ Ver: BOSI, Ecléa *Memória e Sociedade*, São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1979; LE GOFF, Jacques, *Histoire et mémoire*, Paris, Gallimard, 1981; RICCEUR, Paul. *La mémoire, l’histoire, l’oubli*. Paris, Seuil, 2000 ; YATES, Frances A.. *A arte da memória*. São Paulo, UNICAMP, 2007.

os filósofos alemães definiam nação segundo critérios então "científicos e objetivos" como raça ou etnia, definindo nação como um "povo que compartilha características comuns como uma língua", Renan define nação como "vontade de viver junto". E ele encontra um lugar para a concretude da arquitetura no processo de memorização e afirmação da nacionalidade: "A arquitetura é o 'critérium' mais seguro da honestidade, do julgamento, da seriedade de uma nação" ¹⁴. Em 1849, o intelectual inglês John Ruskin, um dos principais teóricos da preservação e do restauro, afirmava no seu livro *As sete lâmpadas da arquitetura*: "Nós podemos viver sem a arquitetura, cultivar nossa religião sem ela, mas nós não podemos lembrar sem ela. Quão fria é a história, quão sem vida são as imagens, se comparadas com o que a nação viva escreve e o mármore suporta" ¹⁵. E Lucio Costa confirma essa dimensão memorial da arquitetura, maior do que a patrimonial: "A história da arte mostra que a arquitetura sempre foi parte integrante fundamental no processo de criação artística como manifestação normal de vida. Ela engloba (...) a própria história da arquitetura, constituindo-se (...) no 'álbum de família' da humanidade" ¹⁶.

A noção de patrimônio assim como as práticas de preservação, são formuladas e desenvolvidas ao longo do século XIX, nomeado não só como o "século da história", como a era clássica do liberalismo e do livre comércio, e como o século da "construção das nações". Eric Hobsbawm demorou-se no estudo da questão nacional a partir do conceito de nação, tratando das mudanças e transformações ocorridas, primeiro entre os anos de 1830 e 1880, quando o princípio da nacionalidade mudou o mapa da Europa, e o equilíbrio de poder foi transformado, entre outras coisas, pela emergência de dois grandes poderes, a Itália e a Alemanha unificadas ¹⁷. Para Hobsbawm, nação é "qualquer corpo de pessoas, suficientemente grande, cujos membros se consideram como membros de uma nação" ¹⁸; a característica básica da nação moderna, e de tudo a que ela está ligado, é a sua modernidade, ou seja, a identificação nacional não é natural, não é permanente, não antecede a própria história ¹⁹. Mesmo a ideia de cultura que se desenvolve no século XIX vai estar cada vez mais associada ao conceito de nação: a cultura vem da alma, vem do gênio de um povo, portanto a "nação cultural" pode preceder a "nação política". A cultura é apresentada como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação, fundadora de sua unidade mais do que de sua

¹⁴ CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. São Paulo, EDUSC, 2003, pp. 28 a 31;

¹⁵ RUSKIN, John. A Lâmpada da Memória. Cotia, Ateliê Editorial, 2008

¹⁶ COSTA, Maria Elisa (org.). Com palavra Lucio Costa. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

¹⁷ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo*. São Paulo, Paz e Terra, 1990.

¹⁸ HOBBSAWM, E.Op. cit. , pp.11, 12 e 18.

¹⁹ Idem, pp.18 e 27.

identidade²⁰. Processo que hoje se apresenta invertido, quando se observa “nações culturais” envolvidas em processos de afirmação de autonomia, quebrando antigos pactos de unidade nacional para reafirmar identidades locais.

Ao tratar as noções como identidade e pertencimento no contexto do mundo globalizado, Z. Bauman²¹ mostra de que maneira elas perdem a rigidez e se tornam compartilháveis, para em seguida se liquefazerem no individualismo e na incerteza de nossa época, desgarradas das fronteiras seguras do Estado-nação, histórico berço da noção de patrimônio. Essa ideia, central ao trabalho do autor, fica mais clara quando ele caracteriza "a sociedade aberta", ou "modernidade líquida", ou globalização, como "o enfraquecimento genuíno ou presumido, gradual, mas inexorável, da maior parte das delimitações e distinções territorialmente fixadas, e a substituição dos grupos e associações territorialmente definidos pelas redes eletronicamente mediadas, indiferentes ao espaço físico e desprendidas do apego a localidades e soberanias “localmente circunscritas”.

As questões culturais - se entendidas como um conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constroem o patrimônio comum a uma nação - têm sido fundadoras de uma “unidade nacional”, muito mais do que de uma “identidade nacional”. Inclusive hoje é possível observar o acirramento de um processo em que as “nações culturais identitárias” afirmam autonomia em relação às “nações territoriais”, quebrando antigos pactos de “unidade nacional” para reafirmar “identidades locais”, e questionando profundamente as ideias consolidadas sobre a nacionalidade das expressões artísticas. De fato, olhando em volta para um mundo sem fronteiras e em conexão permanente, circulando entre migrantes nômades e mercenários, nos perguntamos quem e o que hoje pode ser considerado estrangeiro.

Esse processo é mais agudo em países que tiveram suas fronteiras geográficas costuradas por mãos estrangeiras, quase sempre insensíveis a especificidades e diferenças étnicas e culturais, como aconteceu no continente africano, onde sempre e ainda ecoa a sentença contra a diferença, resumida na frase de Sérgio Chichava “é preciso matar a tribo para construir a nação”. Ainda de acordo com o autor, a consciência de pertencer a uma tribo²²,

²⁰ CUCHE, Denys. A noção de cultura nas ciências sociais. São Paulo, EDUSC, 2003 ;

²¹ BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Rio de Janeiro, Zahar, 2005; BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro, Zahar, 2001; BAUMAN, Zygmunt. Medo Líquido. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

²² Sergio Chichava, a partir de P. Mercier, também identifica tribo e etnia, definindo-a como um grupo fechado, descendendo de um mesmo antepassado, geralmente com a mesma origem, possuindo uma cultura homogênea

ou seja, a um grupo humano diferente dos outros grupos, com um território comum, uma tradição de ascendência comum, uma linguagem comum, uma cultura comum e um nome comum, e de reivindicar essa diferença, têm dificultado, senão inviabilizado, a existência e depois a consolidação do modelo europeu de nação. Este processo de “tribalização” vem sendo recuperado, reforçado e multiplicado em diferentes territórios do planeta, e é Bauman quem identifica a tendência à regionalização da política, dos ressentimentos sociais e das batalhas por identidade e reconhecimento como o cerne dos mais graves impasses e confrontos contemporâneos. A idéia de nação, fundadora da noção de patrimônio, é mortalmente atingida, ao mesmo tempo em que o patrimônio se desmaterializa. E patrimônio em crise quer dizer identidade nacional em crise.

Enquanto isso no Ocidente, a “velha noção de patrimônio” – intrinsecamente ligada à ideia de nação e ao fortalecimento e unidade dos Estados nacionais – começa a ser ressemantizada e ser reivindicada como um dos itens estratégicos da afirmação de identidades de grupos e comunidades que lutam por autonomia, transcendendo a ideia fundadora da nacionalidade em um contexto de globalização²³. E passamos não só a relativizar pressupostos, critérios, ajuizamentos, condicionantes, pré-requisitos e até campos disciplinares constituídos, com seus recortes e periodizações. No limite, nos consideramos autorizados inclusive a nos eximir de maiores esclarecimentos sobre nossa contribuição conceitual e criativa, desde que possamos garantir uma performance com malabarismos de habilidade e erudição, de preferência apelando para conceitos hiper-modernamente nômades; momento em que tudo pode ser patrimônio, tudo pode ser nacional, tudo pode ser bom como tudo pode ser ruim, porque tanto faz, porque tudo é relativo, arbitrariamente relativo.

Nesse contexto, a noção fundadora de patrimônio passa a conhecer diferentes iniciativas de solidarização com a ideia mais ampla de cultura para se apresentar como suporte da memória coletiva. Começa-se a trabalhar com noções como identidade e pertencimento na tentativa de expandir o significado inaugural do patrimônio, quando ele deixa de ser apenas uma herança, para ser organizado, estudado, discutido, compartilhado e até reivindicado. O patrimônio ultrapassa a história, a antiguidade, a excepcionalidade, a autenticidade, a arte e mesmo a materialidade - critérios de valor e parâmetros de seleção e proteção construídos

e falando uma língua comum. Enquanto a etnicidade, ou “sentimento étnico”, é definida como a consciência de pertencer a um grupo humano diferente dos outros e de reivindicar essa diferença; é a expressão da diferença.

²³ Cf. SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Medo de ser moderno e outros medos. IN: Anais do “9º seminário docomomo brasil - interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília, junho de 2011. Consultado em : http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/000_M09-Medo%20de%20ser%20moderno%20e%20%20outros%20medos-ART_cecilia_santos.pdf

ao longo dos séculos - para abranger o vernacular, o cotidiano e mesmo a imaterialidade. E se voltarmos para a origem etimológica da palavra, iremos constatar que a herança coletiva não é mais constituída apenas de coisas materiais, mas também de valores, de ideias, de conhecimento, de crenças, de concepções, de práticas, de saberes e de técnicas, e que escorregamos das “coisas concretas” para a “representação intemporal das coisas impalpáveis”, que por sua vez reivindicam vagos critérios afetivos, simbólicos ou sagrados para justificar sua preservação enquanto patrimônio²⁴.

A recente divisão do patrimônio em duas grandes categorias – material e imaterial –, inclusive chancelada pela UNESCO, deveria ter sido antecedida por uma questão necessariamente preliminar aos debates promovidos para fundamentar e referendar leis, critérios e políticas de preservação: existem práticas imateriais que prescindem de suportes materiais? E existe patrimônio construído, concreto, que possa prescindir dos relatos, ritos e memórias que lhes dão sentido e conferem valor? Dissociar o patrimônio em duas categorias localizá-las em diferentes campos do conhecimento, transformá-las em ações de preservação antinômicas separadas por posturas ideológicas irreconciliáveis, exclui as relações e trocas tradicionais entre objetos, práticas e significados, presentes nos conteúdos conceituais e nas abordagens técnicas que lhe dão sentido²⁵.

E é no momento em que todo o fenômeno ou fato cultural adquire uma “potencialidade patrimonial”, começa-se a conjugar o verbo “patrimonializar”, neologismo que se refere a uma dada “ação contemporânea de construção patrimonial”, a todo e qualquer processo de afirmação identitária. Acelerados “processos de patrimonialização” - ou de “mise en patrimoine” como muito bem traduzem os franceses - se generalizam, afastados de critérios e procedimentos técnicos e científicos fundamentados no campo de conhecimento da preservação; os conceitos nômades abrem mão de sua dinâmica fundadora e fixam raízes em campos exógenos.

²⁴ Cf. : DI MEO, Guy. “Processus de patrimonialisation et construction des territoires”. Consultado em : www.ades.cnrs.fr/IMG/pdf/GDM_PP_et_CT_Poitiers.pdf

²⁵ Em 1996, enquanto superintendente regional do IPHAN em São Paulo, antes, portanto da instituição do instrumento Registro para proteção de bens imateriais, a autora encaminhou o tombamento do Acervo de Mario de Andrade sob a guarda do IEB-USP e do Acervo da Missão Artística e Folclórica promovida por Mario de Andrade, sob a guarda da Prefeitura de São Paulo. Os dois acervos são complementares e contemplam o resultado das pesquisas e coletas sistemáticas e científicas de material referente à cultura popular, vernacular, de iniciativa do escritor; uma das primeiras iniciativas de proteção legal do patrimônio imaterial no Brasil foi um tombamento que recaiu sobre “coisas”, suportes como filmes, discos, desenhos, fotografias, cadernetas de campo, notações musicais, notações de coreografia, objetos de caráter religioso, objetos de candomblé e ex-votos.

Desprezado como lento, pesado e até elitista na sua concretude, o patrimônio passa a ser definido, segundo uma lógica global necessariamente fluida e veloz, como processo ou como sistema, “um sistema simbólico (imaterial) gerador de identidade coletiva”²⁶. E a palavra “patrimônio” passa a ser adjetivada na tentativa torná-la compreensível, ou de fazê-la acompanhar a própria expansão de sentido, quando são cunhadas combinações de grande diversidade - patrimônio cultural; patrimônio histórico; patrimônio artístico; patrimônio nacional; patrimônio da humanidade; patrimônio material; patrimônio imaterial; patrimônio moderno; patrimônio industrial; patrimônio etnológico; patrimônio rural; patrimônio arqueológico; patrimônio natural; patrimônio genético – em inúmeros associações com adjetivos que só revelam a perda de conteúdos substantivos. Perdido de suas referências teóricas, do seu significado e da sua precisão de origem, o patrimônio passa a ser desconstruído e reconstruído sem levar em conta “ligações e solidariedades” que lhe são próprias, ao sabor das oportunidades geradas seja por interesses políticos, mais ou menos ideologizados, seja pela disputa por “espaço e poder” entre campos científicos.

Por outro lado, considerado em toda sua nova amplitude e complexidade, o patrimônio começa a ser reivindicado como um dos itens estratégicos na afirmação das identidades de grupos e comunidades, transcendendo a idéia fundadora da nacionalidade em um contexto de globalização²⁷. E justamente quando o patrimônio passa a ser quase tudo, senão tudo, e quando quase todos se consideram aptos a nomeá-lo e exercer técnica e profissionalmente o ofício da preservação, justamente nesse momento as referências conceituais e os fundamentos teóricos se tornam mais urgentes, e paradoxalmente, mais raros. Ao contrário, acelera-se um processo indiscriminado de atribuição de valor, sucedido por farta distribuição de proteção por parte das instituições oficiais, que não contemplam mais apenas os vestígios de um passado distante mas também a modernidade e a contemporaneidade, os processos e os sistemas, o mar, a lua e as estrelas, todos os homens que vivem na terra, para chegar, como temia Manuel Bandeira, a tombar a própria noite²⁸.

No limite, a abrangência conquistada pela noção de patrimônio, tanto na sua definição como na sua área de ação, acaba por confundi-la com a própria definição antropológica da cultura

²⁶idem DI MEO, op. Cit.

²⁷ Ver: FONSECA, Maria Cecília Londres, O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil, Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN, 1997, ps. 72 a 79. e SANTOS, Cecília Rodrigues dos. “Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural”. Revista São Paulo em Perspectiva, vol.15, 2, abr/jun 2001.

²⁸ Quadrinha composta por Manuel Bandeira no final de uma longa reunião do Conselho do IPHAN, citado de memória por Afonso Arinos em 1987, por sua vez citado por Maria Cecília Londres da Fonseca na sua obra clássica sobre a organização do patrimônio no Brasil, O patrimônio em processo (Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN, 1997): “Tombam templos. Tombam prédios. Não falta tombar mais nada. Fujamos, fujamos. Antes que a noite seja tombada”.

que abarca "tudo o que caracteriza uma população humana" ou "o conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada formação social", ou ainda "todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência" ²⁹, inclusive as formas de expressão simbólica desse conhecimento através das idéias, da construção de objetos, das práticas rituais e artísticas. Com base nessa justificativa - sem nenhuma outra discussão de ordem conceitual ou sobre implicações técnicas e legais - o "patrimônio histórico e artístico nacional" muda de nome, e passa a se chamar "patrimônio cultural". Como consequência, o conjunto de ações, doutrinas, e métodos de pesquisa que conformam o "velho" campo da preservação do patrimônio, deixa de ter propostas e respostas para o "novo" universo patrimonial tão abrangente quanto diverso e complexo, quase ilimitado na sua extensão. Quando a UNESCO finalmente define oficialmente cultura como um "conjunto de características distintas, espirituais e materiais, intelectuais e afetivas, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, as formas de viver juntos, os sistemas de valor, as tradições e as crenças" ³⁰, constata-se que o patrimônio passara a ser identificado com todos os bens, ou conjunto de bens, - culturais ou naturais, materiais ou imateriais - que uma coletividade, ou sua representação legalmente constituída, reconheça como portadores de valores comuns de testemunho, de história ou de identidade, justificando a necessidade de proteção, preservação e valorização com o objetivo de garantir sua transmissão às gerações futuras.

Assim é que se torna hoje urgente e inadiável, enfrentar a inevitável superação da noção de patrimônio do século XIX, e avançar as novas ideias sobre identidade e pertencimento no século XXI. O âmbito permanece o da preservação, situada no seu campo próprio de conhecimento, e a pesquisa deve girar em torno de novas expressões, suportes de novas ideias, por sua vez justificativas de novas ações e de novos instrumentos de proteção, para além do velho e digno patrimônio, arcado sob o peso de sua longa história e de uma miríade

²⁹ Ver: SANTOS, Cecilia Rodrigues dos. Novas Fronteiras e Novos Pactos para o Patrimônio Cultural. São Paulo Perspec. vol.15 no.2 São Paulo Apr./June 2001 - consultado em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200007 .

³⁰ Apesar de todas as discussões conduzidas em nível internacional, somente após a "Conférence mondiale sur les politiques culturelles (MONDIACULT, Mexico, 1982), a reunião da "Commission mondiale de la culture et du développement" (Notre diversité créatrice, 1995) e da "Conférence intergouvernementale sur les politiques culturelles pour le développement" (Stockholm, 1998) a UNESCO aprovou essa definição de cultura, mais abrangente, referendada no ano de 2001, durante a "31ème session de la Conférence générale", no documento "Déclaration universelle de l'UNESCO sur la diversité culturelle". Consultado em: http://portal.unesco.org/culture/fr/ev.phpURL_ID=13066&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html

de significados controversos, e do seu fiel escudeiro, o tombamento: “O patrimônio morreu ! Longa vida ao patrimônio!”³¹.

BIBLIOGRAFIA

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.
- _____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- _____. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 2002.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1979.
- COSTA, Maria Elisa (org.). *Com a palavra Lucio Costa*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. São Paulo, EDUSC, 2003.
- DI MEO, Guy. “Processus de patrimonialisation et construction des territoires”. Consultado em : www.adcs.cnrs.fr/IMG/pdf/GDM_PP_et_CT_Poitiers.pdf
- DOMINGUES, Álvaro. “A paisagem revisitada”. Consultado em : www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_05.pdf
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN, 1997.
- GARCIA, Patrick. “Histoire, Memoire et Identite”. Consultado em : <http://ts29.free.fr/les%20lieux%20de%20memoire.htm>
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo*. São Paulo, Paz e Terra, 1990.
- KUHL, Beatriz. “História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos”. Universidade de São Paulo, Revista CPC n.1, nov 2005 / abril 2006. Consultado em: http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=2&id_conteudo=6&tipo=5
- LE GOFF, Jacques. *Histoire et mémoire*. Paris, Gallimard, 1981.
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoires*. Paris, Gallimard, 1997.
- _____. “Histoire et historiens en France depuis 1945”. Consultado em: <http://www.institutfrancais.com/adpf-publi/folio/histoire/doutes03.html>
- _____. “La mémoire est de plus en plus tyrannique”, interview au Figaro littéraire, 22 décembre 2005. L'association "Liberté pour l'histoire". Consultado no site da Association "Liberté pour l'histoire" : http://www.lph-asso.fr/index.php?option=com_content&view=article&id=24%3Aapierre-nora-l-la-memoire-est-de-plus-en-plus-tyrannique-r&catid=4%3Atribunes&Itemid=4&lang=fr .
- RICCEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Seuil, 2000.
- RUSKIN, John. *A Lâmpada da Memória*. Cotia, Ateliê Editorial, 2008.
- SANTOS, Cecília Rodrigues dos. “Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural”. Revista São Paulo em Perspectiva, vol.15, 2, abr/jun 2001.
- _____. “Patrimônio Cultural: documentação e reflexão necessárias”. IN: CUREAU, Sandra et al. (coord.). *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural*. Belo Horizonte: Fórum, 2011.
- _____. *Mapeando os lugares do esquecimento: idéias e práticas na origem da preservação do patrimônio no Brasil*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, nov 2007.

³¹ Cf. SANTOS, Cecília Rodrigues dos. “Patrimônio Cultural: documentação e reflexão necessárias “. Sobre a citação desta proclamação, “O Rei está morto. Longa vida ao Rei!” , ela é tradicional quando sobe ao trono um novo monarca; significa a continuidade da soberania. A frase foi dita pela primeira vez na coroação de Carlos VII como rei de França em 1422 - Le Roi est mort. Vive le Roi!, a partir da lei “le mort saisit le vif” em que a transferência de soberania ocorre instantaneamente após o momento da morte do antigo monarca.

_____.”Medo de ser moderno e outros medos”. IN: Anais do “9º seminário docomomo brasil - interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Brasília, junho de 2011.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos; MARQUES, Sonia. “Maldita memória - Sobre a tirania da memorização e os anacronismos de um patrimônio refém”. In: Anais do ArquiMemória4 – Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado, ocorrido em Salvador, entre 14 e 17 de maio de 2013.

YATES, Frances. *A arte da memória*. São Paulo, UNICAMP, 2007.